

A CIDADE ARQUIPÉLAGO: EXPANSÃO E MORFOLOGIA URBANA DE PARINTINS (AM)

Estevan Bartoli¹

RESUMO

Visamos abordar no presente texto, os principais impactos que as diversas fases de inserção econômica causaram nas transformações intraurbanas da cidade de Parintins (AM), iniciando com breve periodização até a década de 1970, averiguando tais desdobramentos sobre a constituição do plano urbano, relações com o sítio (arquipélago fluvial) e formação de contínuas áreas homogêneas oriundas de ocupações irregulares. As décadas posteriores apresentaram contínuos fluxos migratórios, associados ao declínio de atividades agropecuárias e extrativas cuja economia local viera se assentando. Descrevemos os impactos das ocupações irregulares e loteamentos recentes sobre a qualidade do espaço público, limites expansivos, formação do espaço periurbano, relação com rios e lagos e alterações de paisagens advindas de novos padrões de consumo de moradias. Concluímos apontando o urbanismo adaptado às demandas de restrito número de agentes produtores do espaço, constatando que ocorre alteração da paisagem e elementos marcantes de outras épocas ou referenciais de peso na identidade local. Verificamos a extrema padronização e centralização de soluções urbanísticas em importações de formas exógenas, com crise do espaço público impactando na qualidade de vida dos cidadãos.

Palavras-chave: Fases econômicas; Expansão urbana; Espaço intraurbano; Morfologia; Espaço público.

THE ARCHIPELAGO CITY: URBAN MORPHOLOGY AND EXPANSION OF PARINTINS

ABSTRACT

We would like to discuss the main impacts that several stages of the economic integration have been causing in the intra-urban transformation in city of Parintins (AM), starting with a brief timeline until 1970s, analyzing the consequences about formation of urban plane, relationship with the environment (river islands) and the consolidation of the homogeneous continuous areas originated from irregular occupation. The following decades, showed continuous migration flows, associated with the decline of the agricultural and extractive – the base of the local economy. We will describe the impacts of the irregular occupation and the recent land division linked to the quality of public space, expansive limits, and emergence of the periurbanspace, relationship with rivers and lakes, and changing in the landscapes generated by the new standard of houses. We conclude pointing the urbanism adapted to the demand of small number of space producers agents, concluding that there were changing of landscapes and the significant elements from others times or important references in the local identity. We verified the extreme standardization and centralization of urban solution importing exogenous patterns, damaging the public space, generating impact in the citizen's quality life.

Keywords: Economic stages; Urban expansion; Intra-urban space; Morphology; Public space.

¹ Professor da Universidade do Estado do Amazonas - campus de Parintins. Doutor em geografia pela UNESP de Presidente Prudente com estágio ("sanduíche") na Universidade Ca' Foscari de Veneza. E-mail: estevangeo@hotmail.com

JEL: R00, R10

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem o intuito de analisar a reprodução e expansão do espaço intraurbano em Parintins, cidade com intensa dinâmica ribeirinha e de importante papel na rede urbana sub-regional. Visando sintetizar os principais aspectos sobre a morfologia urbana e seus elementos basilares constitutivos (análise do plano, paisagem, sítio, entre outros), o objetivo geral é entender o desenvolvimento do plano urbano e seus impactos sobre populações urbanas que recentemente migraram para a cidade. Para isso, a metodologia parte da revisão de diversos estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia² (NETAM) que abarcam o crescimento urbano de Parintins atrelado às diversas fases econômicas regionais. Apresentamos na análise quadros síntese de ciclos econômicos e mapas sobre o crescimento do plano urbano. Trabalhos de campo para averiguações complementares associam a análise da paisagem a resultados mais recentes a partir dos estudos de Bartoli (2017, 2018).

O texto é estruturado em cinco subitens que possuem objetivos específicos. No primeiro, salientamos que cidades na Amazônia são influenciadas por processos multiescalares ligados às sucessivas fases de desenvolvimento capitalista mundial e nacional (ciclos e fases político-econômicas), tendo como objetivo averiguar como tais processos geram reflexos e rebatimentos espaciais urbanos. No caso de Parintins (AM), o capital mercantil merece atenção pela sua inserção histórica nos ciclos extrativos baseados em períodos de surtos e declínios.

No segundo subitem, o objetivo é detalhar o desenvolvimento do espaço intraurbano através do mapeamento dos períodos expansivos do plano urbano, demonstrando as consequências e processos socioespaciais. Elites locais alteram suas estratégias e usam o espaço urbano com *locus* privilegiado de ações, modelando o mesmo para busca de seus interesses. Diferentes configurações do objeto arquitetônico e seu conjunto socioespacial impactam na acessibilidade pela escassez de espaços de uso/lazer induzidos pela privatização das margens dos rios.

² Atuando a partir do campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em Parintins.

O terceiro subitem trata sobre a expansão urbana nas décadas de 1990 e 2010, descrevendo impactos das ocupações irregulares e loteamentos recentes sobre a qualidade do espaço público. Abordamos os limites expansivos do plano, a formação do espaço periurbano, e as alterações na paisagem advindas de novos padrões de consumo de moradias. No quarto subitem (quando as elites redescobrem o rio na década de 2000), demonstramos a privatização de extensas faixas de beiras de rio.

No quinto momento, a partir dos elementos da análise da morfologia urbana apresentamos síntese sobre: o plano urbano e a evolução do plano; as relações do plano com o sítio urbano; a fisionomia urbana; a relação entre o que é edificado e o que não é edificado; a densidade da ocupação e a identificação de áreas morfologicamente homogêneas e heterogêneas.

Constatamos tentativa de generalizações técnicas no que tange as aplicações de formas urbanísticas, na formação da malha e lotes, incorrendo numa forte perda de referência paisagística dos bairros analisados. Na abordagem morfológica fez-se mister perceber tendências no espaço urbano de Parintins, onde tem ocorrido urbanismo adaptado às demandas de restrito número de agentes produtores do espaço no ordenamento socioespacial vigente. Alterações de paisagens e de elementos marcantes referenciais nas práticas espaciais de redes de sujeitos locais, geram tensões pela apropriação de frações do espaço urbano.

Verifica-se a extrema padronização e centralização de soluções urbanísticas em importações de formas exógenas, com crise do espaço público impactando na qualidade de vida dos cidadãos.

2 CIDADES NA FLORESTA E A QUESTÃO REGIONAL E URBANA

O urbano em meio à maior floresta tropical do planeta apresenta particularidades sobre a maneira com que as sub-regiões estiveram ligadas aos ciclos de exploração de recursos naturais, e à paulatina integração e polarização às demais regiões brasileiras. Nessa constante *inserção reflexa* na economia mundial (BECKER, 2004), os destinos das populações sempre estiveram atrelados às continuidades e rupturas em fases da reprodução do capitalismo nacional e internacional, desaguando na formação de uma população dispersa e de vínculo específico (continuidade de práticas espaciais com intenso uso dos rios e recursos

regionais), com crescente influência das cidades enquanto mediadoras no ordenamento territorial.

Desde os estudos clássicos sobre periodização das cidades na Amazônia brasileira de Corrêa (2006) cuja importância reside em averiguar as funções dos centros urbanos e a formação da rede nas sucessivas fases econômicas que a região se submeteu, é importante averiguar os rebatimentos espaciais internos que estruturam as cidades. Na constante marcha de integração regional amazônica, as cidades passam a cumprir diferentes papéis relativos às frações diversas de reprodução do capital, desde as incursões de maior intensidade no período militar, às redefinições e embates de forças atuais, como no exemplo do agronegócio e as diversas práticas espaciais de populações tradicionais. Grandes empresas capitalistas também foram incentivadas a se instalar na região desde a década de 1970, principalmente mineração e siderurgia, recebendo incentivos especiais e formando cidades implantadas por empresas industriais, chamadas de *companytows*³ (TRINDADE JUNIOR, 2010).

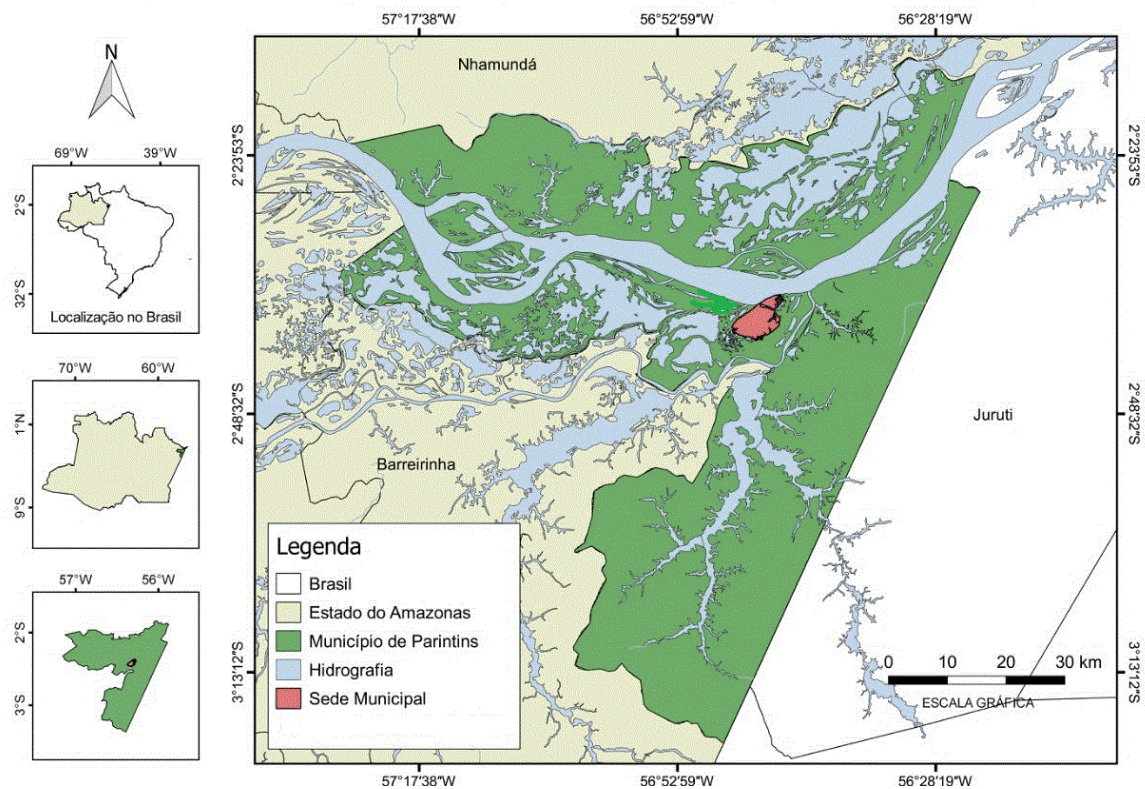
Diversas realidades atreladas às produções espaciais dos espaços sub-regionais e urbanos foram se formando, num mosaico de cidades vinculadas às mais variadas frentes de expansão das atividades capitalistas, resultando no que Trindade Jr. (2010) chamou de urbanodiversidade. Junto a essas frentes de expansão recentes, ocorre a sobreposição a uma rede já existente (embrionária, nas palavras de Lobato Corrêa - 2006) que redinamiza alguns pontos do território e enfraquece outros.

Situada a extremo leste do estado do Amazonas (figura 1), o município encontra-se na divisa com o Pará, limítrofe ao município de Juruti (PA). A sede municipal se encontra na margem direita da calha do rio Amazonas, com navegação sem restrições durante todo o ano (mesmo em anos de secas severas), que posiciona a cidade em ponto estratégico entre as duas metrópoles regionais, Manaus (AM) e Belém (PA). Outras conexões para comunidades e pequenos municípios (norte e sul da sede municipal) são mais afetadas no período de secas, alterando rotas de navegação que se tornam mais longas. As ligações com a rede

³ O termo *CompanyTows* se refere às cidades implantadas para satisfazer às necessidades dos grandes empreendimentos econômicos na região, dotadas de infraestrutura e de serviços essenciais, controlados pelas empresas que cria e administra esses núcleos (TRINDADE JUNIOR, 2005). Visam tornar viáveis exploração de recursos naturais, surgindo enclaves com pouca relação com as áreas ao seu redor.

urbana são primordialmente fluviais, o que confere maior peso ao papel das embarcações, tipologias e os sistemas territoriais que estão vinculadas. Grupos comerciais que possuem glebas na beira-rio frontal se beneficiam por obter os melhores portos da cidade.

Figura 1 - Localização da sede de Parintins (AM)



Fonte: Base cartográfica INDE (2015). Organização: Marques e Melo, 2016.

Pela presença de portos privados, galpões e entrepostos comerciais diversos, fábricas de gelo, entre outros tipos de fixos, o capital mercantil é marcante na composição da paisagem em cidades ribeirinhas. Ao longo das últimas décadas o capital mercantil veio se metamorfoseando e se cristalizando no espaço intraurbano, *locus* privilegiado de suas atividades: torna-se nó multireticular que propicia continuidade de diversas atividades mercantis, como distribuição de produtos industrializados para interiores (alimentos, estivas, combustíveis, etc.), e absorção de produtos regionais variados. Das elites formadas em diferentes contextos, do período áureo da borracha aos ciclos extrativos subsequentes à produção da juta, interessa-nos entender como essa fração ainda predominante em Parintins veio impactando na configuração intraurbana.

Para Cano (2011), quanto mais atrasado e subdesenvolvido for o local, mais nefasta será a presença do capital mercantil, que se esforça para manter o atraso, e se reforça pelo contingente demográfico excedente, ainda mais evidente na recente onda de migrações no atual contexto amazônico, cujas taxas de incremento populacionais urbanos oriundas de êxodo, foram superiores à média nacional nas duas últimas décadas. Para o autor, a intervenção do capital mercantil em contexto urbano tende a se transformar (mas raramente se beneficia de uma plena metamorfose), cabendo às pesquisas averiguar sua composição e seu cunho rentista, e quais configurações espaciais intraurbanas acabam incitando.

Para Corrêa (2006) a periodização espacial reconstrói o tempo espacial, ou seja, coloca em evidência momentos diferenciados que caracterizam o processo de elaboração da organização espacial. Demonstramos, de maneira sucinta, os principais eventos na periodização da rede urbana e a inserção de Parintins nas diversas fases de desenvolvimento econômico (Quadro 1), com foco nas alterações da forma e expansão urbana e seus impactos e consequências. Desde a ocupação do Vale Amazônico a partir do século XVII com a chegada da coroa portuguesa que tinha como objetivo de expulsar invasores ingleses e holandeses, sequenciais ciclos econômicos foram configurando a rede urbana embrionária e dentrítica, iniciados com a construção de fortes e a intensificação da busca por “drogas do sertão” a partir de 1655 (CORRÊA, 2006, p. 72).

As sucessivas fases, a partir da implantação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e as políticas do Marquês de Pombal (até 1780), aprofundaram o desenvolvimento da rede. As diversas políticas adotadas desde então alteraram os rumos da região, impondo restrições ao poder eclesiástico, doando sesmarias a colonos e soldados, expandindo cultivos e extrativismo, implantando numerosos Fortes, e principalmente, elevando 46 Aldeias missionárias à categoria de vilas, entre elas a Vila Bela da Imperatriz futura Parintins (BITTENCOURT, 1924).

O período da borracha (1850 a 1920) impactou muito pouco a sub-região e rede urbana de Parintins pelos poucos investimentos propiciados pela economia gomífera. Estruturou timidamente a configuração inicial do plano urbano, com a cidade apresentando relativo crescimento populacional, e definindo a futura expansão e estruturação a consolidação do centro comercial e administrativo. Nesse

período, a Vila Bela da Imperatriz é elevada à categoria de cidade em 1880, nomeando-se Parintins em homenagem aos precedentes habitantes indígenas, os *Parintintins*, que foram dizimados, fugiram ou foram aculturados (SAUNIER, 2003).

A estagnação da produção da borracha pelo contrabando de sementes para regiões tropicais da Ásia e consequente concorrência e superação da produção Amazônica, trouxe certo declínio da pujança e dinâmica na rede urbana da Amazônia Ocidental, e consequentemente afetando as pequenas cidades mais ligadas ao circuito de aviamento, com alterações migratórias e até refluxo migratório das cidades pequenas mais influenciadas por tal ciclo.

A partir de 1933, entre o trecho de Manaus e Santarém, tem início a implementação do ciclo da juta partindo de Parintins, que foi polo propulsor das experimentações no plantio da fibra vegetal destinada a produção de sacarias para o café. O Governo Federal, em 1930, concede permissão para órgãos japoneses para fundar em Parintins o Instituto de Estudos Agrícolas para imigração japonesa, na Vila Amazônia, próxima ao núcleo central (ROSAL- 2000). Os ciclos econômicos anteriores aos descritos no Quadro 1 foram basicamente atrelados a fases de extração das chamadas drogas do sertão, não possuindo registros históricos quanto às áreas que hoje abrangem Parintins e municípios do entorno.

Quadro 1 – Periodização e espaço intraurbano de Parintins

Período / Ciclo econômico	Espaço intraurbano: eventos, mudanças e impactos	Impactos na forma urbana:
1880 a 1950 - Extrativismo: 1895: Cacau 1930: Pau – Rosa - Agricultura: 1933: Início da juta	- rede urbana embrionária; posição privilegiada entre os principais núcleos urbanos Manaus (AM) e Belém (PA); centralidade ligada ao rio Amazonas; entreposto comercial.	- plano urbano composto por 10 ruas, uma avenida e cinco praças.
1950 a 1970 - Entreposto comercial; consolidação da juta.	- intensificação das migrações, instalação de empresas processadoras da fibra de juta.	- início da ocupação do entorno núcleo central; primeiras estradas ligando a comunidades próximas; crescimento urbano nos arredores do centro; presença de seis praças.
Década de 1970 - Auge da produção da juta e extração do pau-rosa; expansão da atividade pecuária; intensificação da	- Implantação de fábricas processamento de fibra de Juta; primeira Universidade implantada (convênio com a UERJ / Projeto Rondon); êxodo por Influência das cheias de 1975 (a segunda maior no estado).	- ocupações irregulares; aterros; loteamentos feitos pela prefeitura; expansão do plano desvalorizando sítio urbano plano que passa a ter 38 ruas.

pesca.		
Década de 1980 - declínio da juta; continuidade da expansão pecuária; Festival Folclórico ganha visibilidade.	- continuidade do êxodo: inversão populacional: população urbana supera a população rural.	- loteamentos feitos pela prefeitura; loteamentos por proprietários particulares (receio de novas ocupações irregulares).
Década de 1990 - cresce importância do setor de serviços; consolida Festival Folclórico.	- continuidade das migrações; investimentos maciços do estado e empresas como a Coca-Cola no festival folclórico que se torna espetáculo regional e nacional.	- novas ocupações irregulares na segunda grande ilha que compõe o sítio principal; construção de pontes e aterros; Proprietários fundiários criam novos loteamentos periféricos.
Década de 2000 a 2010 - declínio da atividade pecuária; pujança do Festival Folclórico; consolidação de funções urbanas na rede sub-regional.	- Criação da Universidade do Estado do Amazonas – UEA (2001); Consolidação da UFAM (2007); importância das universidades na atração migratória; cidade como prestadora de serviços de saúde, educação e comércio, aumentando sua responsabilidade territorial.	- novo Ciclo de ocupações irregulares periféricos; investimentos imobiliários influenciados pelos Programas Federais com formação de conjuntos residenciais e dispersão urbana.

Fontes: Organizado pelo autor de Bartoli (2012, 2013); Bitencourt (1924); Schor e Marinho (2013); Souza (2013); Saunier (2003); Rosal (2000).

O quadro demonstra que a recuperação de Parintins e sua consolidação enquanto cidade média de responsabilidade territorial (SCHOR; OLIVEIRA, 2016), cumprindo função de fornecedora de serviços educacionais, saúde e entre outras funções centro sub-regional distribuidor de mercadorias (BARTOLI, 2018).

Estudos demonstram como o capital mercantil vem se apropriando e se cristalizando no espaço intraurbano de Parintins (NETO, 2011; BARTOLI, 2012; CARVALHO, 2013). Mapeamentos de uso de solo na lagoa da Francesa demonstram a apropriação das margens por empresas comerciais e pequenas indústrias, e conseqüentemente os impactos socioambientais gerados por tais atividades portuárias, hoteleiras, madeireiras, olarias, etc. Tais grupos modelam o espaço de modo diferencial como aponta Carlos (2007) ao abordar o espaço produzido e reproduzido enquanto mercadoria, que determina seu acesso diferenciado pela sociedade, gerando os conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos (tanto no campo quanto na cidade).

Aqui pontuamos alguns questionamentos acerca da natureza da reprodução do espaço urbano em cidades de dinâmica ribeirinha, partindo das constatações de estudos localizados para reflexões mais abrangentes: quais características de frações atreladas ao capital mercantil conduzem processos socioespaciais? Nossos apontamentos para Parintins (BARTOLI, 2011; NASCIMENTO, 2011) revelaram a crise do setor agropecuário e a migração de investimentos de capitais locais para o setor imobiliário atrelado aos recentes financiamentos de Programas de Habitação Federais. b) Quais movimentações (no sentido de investimentos em outras áreas da cidade) de grupos associados a tais capitais no espaço intraurbano, induzindo novos espaços de consumo (moradias, lazer e comércio) acentuariam processos de diferenciação socioespacial? Os estudos de mapeamentos e periodizações recentes feitas por Souza (2013) e Carvalho (2013) demonstram que vem ocorrendo em alguns bairros de Parintins intenso processo de invasão-sucessão como demonstraremos adiante.

3 DO NÚCLEO INICIAL AO ARQUIPÉLAGO URBANO

A estruturação do plano inicial de Parintins demonstra, a partir da disposição do arruamento e avenidas uma ideia de planejamento urbano inicial, cuja avenida Amazonas foi traçada transversalmente à face norte do sítio (figura 2), tendo a Catedral centralizada e duas asas limitadas pela lagoa da francesa (leste) e o rio Amazonas (oeste). É importante reconhecer que houve projeto linear inicial, mesmo que concebido por modelos padronizados e de formas “importadas”. Vejamos até que ponto a repetição burocrática ou a falta de critérios na delimitação do plano urbano de Parintins tem impactado na sua forma atual.

A partir da década de 1970, o fator sítio urbano veio sendo primordial no entendimento da dinâmica do crescimento urbano. Assentada num arquipélago fluvial na margem direita do rio Amazonas, a cidade é sujeita a forte influência do pulso sazonal fluvial de rios, lagos e paranás⁴ circundantes.

Em 1975, uma das maiores enchentes registradas no estado veio impactar a estruturação da cidade, causando grande migração de ribeirinhos para a área urbana, registrando a primeira explosão demográfica da Parintins. Este fenômeno

⁴ Paranás são braços de rios. No caso de Parintins, o município é cortado pelo Paraná do Parananema, importante meio de conexão com municípios polarizados por Parintins, como Barreirinha.

determinou a ação do poder público para criação dos bairros da Francesa e Santa Clara, e formação dos bairros de Palmares, Santa Rita de Cássia, Nazaré e São Vicente de Paula (figura 2), processo que se intensificou na ocupação da área urbana (SOUZA, 2013; CARVALHO, 2013).

Fica clara, com a implantação da malha ortogonal dos novos bairros, a falta de criatividade e critérios da solução urbanística na disposição das ruas e total negação às nuances do relevo e hidrografia e seus usos de beiras de rio por populares. Houve desvalorização do sítio e desconsideração às prementes necessidades de acesso de populações às beiras do lago Macurany que ocorre hoje apenas em pontas de rua, limitando o potencial de uso da lagoa. Essa perda de acesso às margens veio sendo acentuada com os conjuntos de palafitas, e posterior substituição em alguns trechos por casarões e sítios pertencentes às elites locais.

Figura 2 - Plano urbano de Parintins em 1976



Legenda:

- A) Avenida Amazonas e Catedral ao centro
- B) Aeroporto
- C) Bairro Palmares
- D) Futuro bairro Santa Rita
- E) Bairro da Francesa

Fonte: Fotografia aérea do Projeto RADAM (1976) – adaptado pelo autor.

A expansão urbana a partir da década de 1980 ocorreu incentivada pelos seguintes processos: surgimento de novas formas de moradia beira-de-rio, formação

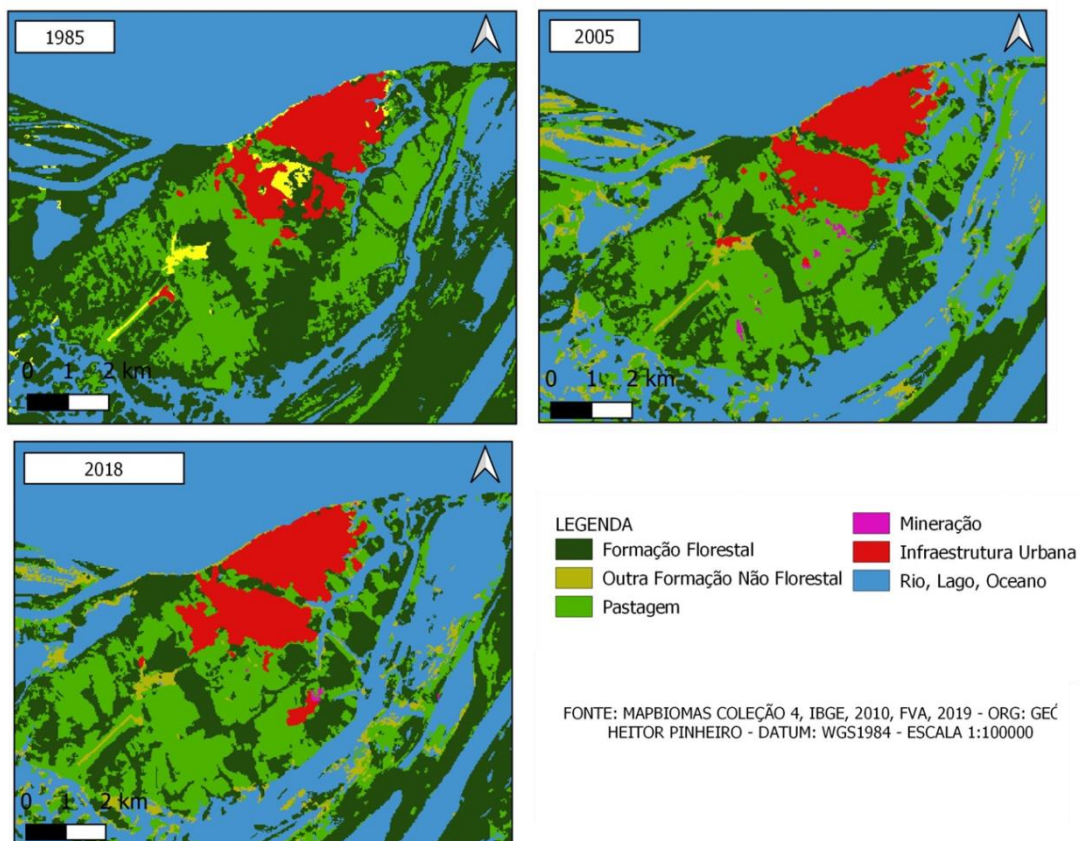
de loteamentos populares periféricos oriundos de ocupações irregulares, loteamentos periurbanos com forte especulação e loteamentos incentivados por programas de financiamento Federais e criação do primeiro loteamento fechado da cidade.

4 A EXPANSÃO URBANA NAS DÉCADAS DE 1990 E 2010: OCUPAÇÕES IRREGULARES, ESPAÇO PERIURBANO E LOTEAMENTOS RECENTES

Nas últimas três décadas, ocorreram na cidade alterações profundas na sua configuração espacial devido à formação do chamado ciclo das ocupações irregulares dos anos 1990. Trata-se da formação dos quatro bairros mais populosos do município, Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e União que juntos abarcam 41.163 habitantes (Comissão Municipal Censitário de Parintins, 2007; Secretaria de Assistência Social e Trabalho, 2009). Esse ciclo de ocupações irregulares causou o início da ocupação da segunda ilha principal que constitui sítio apto à expansão urbana (figura 3). As áreas ocupadas pertenciam ao empresário paraense Paulo Corrêa, que foi indenizado posteriormente pela prefeitura.

Os impactos das ocupações irregulares e sua transformação e cristalização em bairros na morfologia da cidade foram enormes, pois estiveram atrelados à superação dos limites físicos impostos pelo sítio, sendo necessários vários aterros sobre o lago Macurany e a construção de duas pontes. Esse contexto nos remete a evidenciar o peso das populações de baixa renda na produção e organização do espaço urbano, como agentes produtores do espaço, onde a forte demanda popular e a formação da cidade ilegal se associam às disputas de poder e tentativas de regularização dos lotes na formação de bairros como clientelas eleitorais. Trata-se de uma velha prática em novas geografias. Possibilitaram a formação de novos eixos e futuro avanço da malha em expansão do tecido urbano rumo à periferia, onde posteriormente áreas rurais e antigas fazendas passam a se transformar em loteamentos como veremos.

Figura 3 – Expansão do plano urbano e impactos periurbanos



Fica evidente na figura 3 como o sítio formado por arquipélago flúvio-lacustre impõe maior preocupação com a rápida expansão do plano urbano. Com a supressão da vegetação e falta de arborização nos bairros recentes, o microclima urbano tem sido afetado pela formação de ilhas de calor, piorando o conforto térmico devido ao intenso calor amazônico.

O ciclo de sucessivas ocupações, pressionaram os proprietários fundiários das áreas circunvizinhas, donos de antigas fazendas desativadas, que amedrontados com a rápida expansão do processo decidiram lotear suas glebas, conforme aponta Nascimento (2011, p. 20). Outro dado interessante presente nos relatos dos proprietários ocorre no processo de planejamento urbanístico dos loteamentos, onde os próprios fazendeiros foram responsáveis pelo traçado da malha (largura das ruas, sentido, forma, tamanho dos quarteirões), que estruturam os novos loteamentos Pascoal Alágio e Jacareacanga, que hoje são bairros aprovados pela prefeitura (figura 4).

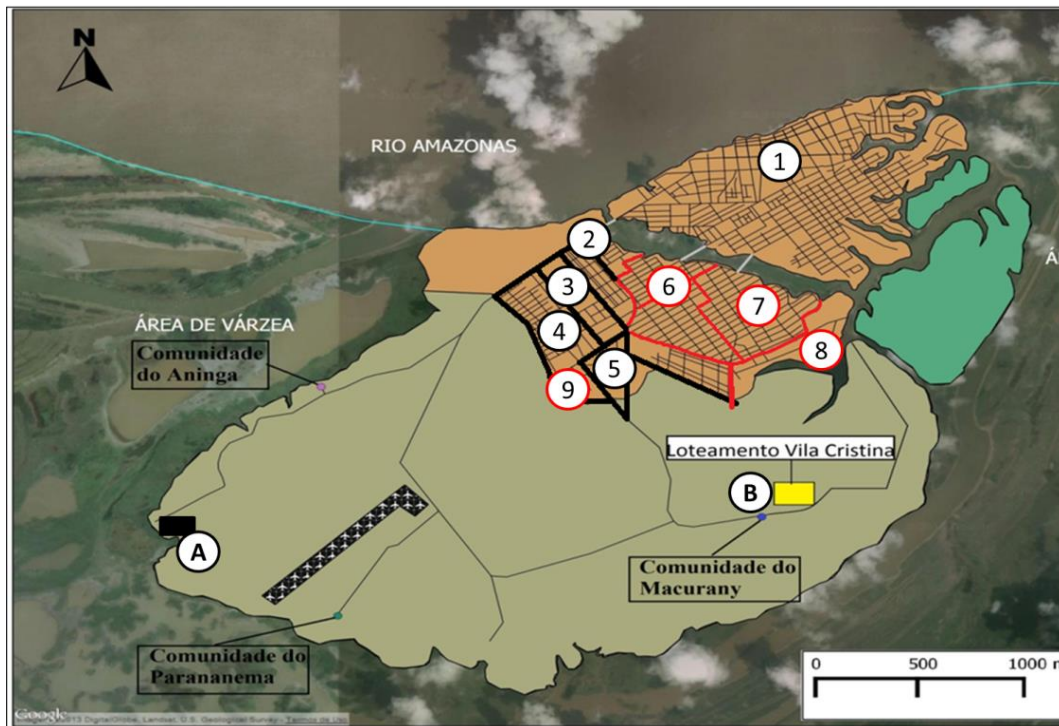
Assim, é passível de questionamentos o atributo de tais loteamentos como sendo regulares, vista que não houve estudos por parte de especialistas sobre a disposição e traçado da malha, planejadas de maneira aleatória e sem critérios pelos proprietários fundiários, incorrendo numa forte monotonia da paisagem e ausência de referencias ou diferenciações que rompam com a homogeneidade das quadras. Outro agravante é a padronização dos mais de 1000 lotes, tendo medida de 10m X 25m, reforçando a visualização repetitiva, monótona e homogênea da paisagem.

Dessa maneira, a reboque das rápidas ocupações em rápida expansão periférica desdobra-se a dispersão morfológica da cidade. O terceiro e mais recente processo de expansão urbana de Parintins refere-se ao loteamento Vila Cristina, empreendimento privado da Construtora NV com parceria de financiamento do Governo Federal no Programa Minha casa, Minha Vida que visa construir 500 unidades habitacionais. O loteamento ganhou destaque na imprensa parintinense pois o local, segundo o Plano Diretor do Município é considerado APA (Área de Proteção Ambiental do Macurany) e de onde foram derrubadas várias castanheiras para construção de casas. Os estudos de Silva (2011, p.15) constataram que no Plano Diretor não se encontra a delimitação da APA, fato que passou a beneficiar os agentes empreendedores. Além dessa deficiência houve em 2008 a concessão pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (SEDEMA) da certidão de viabilidade municipal do empreendimento privado, que causou a derrubada de dezenas de castanheiras.

Ocorreram divergências também, quanto ao licenciamento ambiental e cumprimento concedido pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), como apontou o jornal O Estado de São Paulo⁵ (01/06/2011) onde a licença condicionava o corte das árvores e no início das obras replantio de 1584 mudas de castanheiras e plantio de 1133 mudas de espécies nativas, exigência não cumprida até hoje.

⁵ AE. AGÊNCIA DO ESTADO. Obra do minha casa derruba mata nativa no Amazonas. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acessado no dia 1 de junho de 2011.

Figura 4 – Perímetro urbano e área de expansão de Parintins



Fonte: Coordenadoria Municipal de Planejamento – Plano Diretor de Parintins – 2009 – adaptado pelo autor.

Legenda:

- **Áreas de expansão urbana por Conjuntos Habitacionais e loteamentos regulares (1980 a 2010)**
 - ① Centro e plano urbano até 1980
 - ② João Novo
 - ③ Lady Laura
 - ④ Pascoal Alágio
 - ⑤ Jacarecanga
 - Ⓐ Loteamento fechado
 - Ⓑ Loteamento Vila Cristina
 - **Bairros oriundos de ocupações irregulares pós 1990:**
 - ⑥ Itaúna I e II (1990)
 - ⑦ União (2010)
 - ⑧ Castanhal (2017)
 - ⑨ Nova Conquista (2017)
 - **Espaço periurbano:**
 - Conjunto residencial Villa Cristina (2012)
 - Comunidade do Macurany
 - Loteamento fechado
 - Comunidade do Aninga
 - Comunidade do Paranema
- Ilhas
 - Aeroporto
 - Espaço periurbano
 - Área urbana

Os loteamentos periféricos e periurbanos analisados estão no conjunto de transformações urbanas do que recentemente tem se destacado como cidade difusa, cuja morfologia rompe com o modelo da cidade clássica antiga e

concentrada, onde há redesenho da espacialidade urbana com a extensão do tecido, fragmentação e intensificação da circulação intra-urbana a partir do uso crescente de meios de transporte, no caso de Parintins a proliferação do uso de motocicletas.

Configura-se no caso estudado, o espaço periurbano, que é dotado de uma complexidade espacial que revela que tanto a periferia quanto as áreas de transição rural-urbana são espaços complexos de diferenciação social em que coexistem tensões, conflitos e também exclusividade. Com base na obra de Souza (2005), os *espaços periurbanos* são espaços preteritamente rurais tomados por uma lógica urbana de uso da terra. Cabe-nos a devida contextualização para a realidade parintinense, onde o avanço das formas urbanas ocorre sobre antigas áreas de pastagem, e impactando mais severamente o caso B (figura 4) com a derrubada das árvores nativas centenárias que afetou o extrativismo da castanha por comunidades circunvizinhas, como observou Silva (2011, p.12). O loteamento A (figura 4) é mais recente, e paulatinamente dá indícios da pressão imobiliária sobre as comunidades ribeirinhas adjacentes como a do Aninga, onde já ocorre a substituição de moradias por casas de veraneio muito valorizadas durante o período do Festival Folclórico. Evidências claras aparecem pelas inúmeras placas de venda de lotes dos moradores antigos.

Ana Rute do Vale (2006) lembra que não há consenso entorno de uma definição sobre as áreas de transição rural-urbana, existindo uma diversidade de conceitos e noções explicativas, dentre os quais se destacam *rural-urbanfringe*, *banlilleue*, franja urbana ou rurubana, sombra urbana e espaço periurbano.

Frisamos a necessidade de aprofundamento dos estudos, principalmente quando se trata da substituição das atividades ditas rurais nas áreas periurbanas, tendo em vista que as populações afetadas pela expansão urbana possuem diversificadas atividades como a pesca, roçados e extrativismo.

5 QUANDO AS ELITES REDESCOBREM O RIO NA DÉCADA DE 2000

Podemos inferir que processos socioespaciais que alteram padrões de configuração urbana em cidades de grande porte, aparecem com menor intensidade em Parintins sendo apreensíveis através de indicadores de movimentações intraurbanas de grupos sociais com algumas semelhanças (consumo de espaços).

Entre estas, o movimento de classes médias e altas para novos eixos e áreas de valorização em direção a periferias com beiras de rio, almejando adicionar elementos ambientais que atribuam *status* por seu acesso diferencial e apropriação desigual.

O argumento de Villaça (1998, p.153) na análise de grandes cidades sobre o abandono do centro pelas elites refere-se à contínua ligação destas com o centro (“umbilical”, nas palavras do autor), que necessitam do acesso para manter determinado domínio de condições (rendas fundiária e financeira) para sua reprodução como classe social. Outro aspecto é que essa “fuga do centro” estaria ligada à formação de novos meios de consumo do espaço e de espaços de consumo (condomínios e *shoppings*, por exemplo) somados à concretização de novos eixos/bairros perseguidos pela atribuição de status simbólico almejado. Esses padrões de consumos elitizados são estabelecidos através da expansão de novas formas de moradia, como demonstramos outrora em estudo sobre Manaus (BARTOLI, 2009)⁶.

Como essa propagação de novos modos de consumo habitacionais se desdobra em cidades pequenas e médias do interior do Amazonas, e como esses elementos afetam a configuração e morfologia da cidade como um todo é uma de nossas inquietações. O que vem ocorrendo em Parintins aparece com diferenças quanto à efetivação e intensidade do processo, pois grande parte da elite local ainda habita o centro da cidade, mas com forte tendência à realocação para áreas periurbanas.

Introduzimos, portanto, a análise/averiguação de um dos elementos determinantes que compõem a morfologia de cidades ribeirinhas na Amazônia: as margens de rios ou beira-rio como optamos nomear.

A figura 5 demonstra a paulatina mudança dos padrões de moradia que vem ocorrendo na zona leste e sudeste de Parintins em três bairros: Castanheira, Santa Rita e Palmares.

⁶ BARTOLI, E. A floresta como muro: mercantilização da natureza, loteamentos fechados e apropriação da terra urbana na cidade de Manaus. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas em e de maio de 2009, com financiamento da CAPES e orientação do Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira.

Figura 5 – Margens do lago Macurany (esquerda) e detalhes do ponto 3 de uso elitizado das beiras (direita) – Parintins/AM



Fonte: Videopack – 2009, adaptado pelo autor.

Legenda:

- 1 - Centro
- 2 – Conjunto de moradias em palafitas
- 3 - Uso elitizado: moradias, portos e atracadouros particulares com margens privatizadas

Nota-se a presença de lates, lanchas e casas com piscinas, indicando forte influência da centralidade cultural que a cidade possui pelo Festival Folclórico dos bois-bumbás. A proximidade dos casarões, sítios e chácaras contrasta com as palafitas, e o lago Macurany passa lentamente pela transmutação a partir da valorização de moradias com acesso a cursos d'água como símbolo de *status* indicando processo de invasão sucessão.

Outro exemplo recente no eixo oeste da ilha principal de Parintins é o primeiro loteamento fechado⁷ em fase inicial de construção (A – figura 4), mas já com a presença de seu elemento principal alterador da paisagem, e que lhe confere distinção como forma de moradia elitizada: o muro. No caso da beira-rio apropriada e privatizada, teríamos dois muros, o de arrimo e o de segurança. Ocorreu ainda supressão da cobertura vegetal (mata ciliar/igapó) e a instalação de um trapiche particular. Resta como testemunho uma solitária castanheira, que protegida por lei Federal (Decreto nº 1282), destoa do ambiente modificado e futuramente padronizado como forma de moradia.

Os determinantes dessas paulatinas substituições de moradias ribeirinhas por casas elitizadas em marcha estão relacionados a dois elementos: 1) estruturais - conectividade ao centro; presença de antigos lotes de sítios como reserva de valor e

⁷ Usaremos o termo loteamento fechado para designar os condomínios horizontais fechados, que são formados a partir de loteamentos privados

especulação; presença de infraestrutura; 2) conjunturais: valorização de novas formas de moradias causando pressão imobiliária aos imóveis de baixo padrão; valorização do acesso ao rio (para uso náutico ou estético/símbolo de *status*); e, no caso de Parintins, especulação para aluguéis para o festival folclórico.

Assim, enfatizamos a possibilidade de diferentes configurações do objeto arquitetônico e seu conjunto socioespacial terem impactos na acessibilidade (escassez de espaços de uso/lazer induzidos pela privatização das margens dos rios), conectividade (ligada à mobilidade reduzida, pois a atracação de embarcações fica restrita), e na perda de referenciais de orientação e identidade da população.

Apesar do sítio privilegiado, Parintins apresenta apenas um local com infraestrutura mínima para o lazer dos cidadãos, que permite o banho de rio. Trata-se do balneário Canta Galo, que só pode ser frequentado no período das cheias quando o rio apresenta vazão suficiente para prática do lazer. Problema maior é que esse balneário fica a nove quilômetros do centro, limitando sua acessibilidade. Portanto, os efeitos da posse de glebas, lotes e moradias beira-rio, causam enorme impacto na qualidade de vida dos habitantes de Parintins, que ironicamente tornam-se moradores de uma “ilha sem rio”, pois se veta a possibilidade de apropriação de espaços para práticas lúdicas com uso do rio, tão valorizadas devido ao calor amazônico. Delineia-se uma morfologia excludente, seletiva, fragmentadora e impactante no que tange ao comportamento social que passa a ser afetado.

Portanto, a força do lugar (SANTOS, 2004) pode ser demonstrada mediante a interação dos processos sociais e das formas espaciais. Ensejamos uma colaboração para repensar o destino da cidade de Parintins como cidade média de apelo turístico, portadora de visibilidade nacional, destinada a emitir uma “imagem” necessária na sua vocação incontestável: o turismo, mas o turismo urbano capaz de amalgamar sentimentos de pertença por parte da população, que identifique seus patrimônios e paisagens (arquitetônicos e naturais), ao convite da participação popular nessa construção social necessária à busca de identidade e cidadania⁸, no sentido de participar da construção da cidade que se deseja. Sentir a cidade, o

⁸ O termo cidadania aqui refere ao direito de participar das benesses oferecidas pela cidade, dos serviços básicos, da cultura e ao lazer, direito a opinar e realizar de maneira participativa decisões políticas.

encontro inusitado com as formas, povoar ativamente os atrativos (no nosso caso as beiras de rios), traz a vida urbana como elemento de valorização turística, verdadeira e não estética e esvaziada de sentido.

6 MORFOLOGIA URBANA: ELEMENTOS PARA INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO URBANO

A análise empreendida pela morfologia urbana supõe sempre uma atenção aos elementos básicos que configuram o tecido urbano e aos mecanismos de transformação das estruturas. Exige sempre uma aproximação estrutural, que leve em conta os diversos elementos componentes e suas inter-relações e diacrônica, histórica, que dê conta das transformações (CAPEL, 2002).

Assim, a análise morfológica permite entendimento sobre a maneira com que o processo de urbanização em determinados contextos na Amazônia vem ocorrendo, e incitar a compreensão das relações entre formas, funções, processos e estruturas, sendo a morfologia uma síntese entre esses elementos.

A morfologia urbana, o espaço construído, reflete a organização econômica, a organização social, as estruturas políticas, os objetivos dos grupos sociais dominantes. Só há que saber ler. Porque, efetivamente, a paisagem pode ler-se como um texto. É um texto, tanto no sentido atual como no originário [...] Se o espaço e a paisagem são um produto social, será possível partir das formas espaciais que produzem a sociedade para chegar a elas e aos grupos sociais que as construiu (CAPEL, 2002 - p.20)

A paisagem, enquanto soma de tempos que se cristaliza no espaço, possui formas que causam condicionamentos sobre as práticas socioespaciais como demonstramos em Bartoli (2017), cujo plano urbano afeta usos populares de beiras de rio privatizadas.

Apesar do plano urbano “racional” em larga escala implantado (com o predomínio da forma ortogonal), ou com o déficit de praças pelos extensos loteamentos oriundos de ocupações irregulares (chamadas localmente de “invasões”), o uso dos espaços públicos em cidades interioranas do Amazonas é um de seus elementos mais marcantes. A baixa renda da população e os pouco numerosos espaços de consumo fazem da espontaneidade das apropriações lúdicas e não programadas aspecto de destaque. As praças nos fins de tarde repletas de transeuntes, as ruas com predomínio de bicicletas, pedestres e o

crescente número de motos, são sempre fotografadas pelos turistas que rapidamente circulam durante o ano nas paradas de Navios de Cruzeiros em Parintins.

Nesse contexto, Carlos (2001, p.46) aponta que:

[...] a morfologia urbana não revela a gênese do espaço, mas aparece como caminho para a análise do modo como passado e presente se fundem em determinado momento, revelando as possibilidades e os limites do uso do espaço pelo habitante. A forma da cidade que se infere como morfologia permite apreender estabilidades provisórias, equilíbrios momentâneos; coloca-nos diante da duração, daquilo que persiste e daquilo que se rompe, expondo dessa forma a dialética da continuidade/descontinuidade.

O crescimento de Parintins remete-nos à reflexão sobre sua configuração de paisagem sobre a relação da morfologia com os usos do espaço. O primeiro, ressalta a necessidade de retomada do projeto de cidade (SECCHI, 2007), que devido à sua rápida expansão/dispersão, passa por transformações na natureza dos espaços públicos. Nesse sentido, as descrições das dimensões do cotidiano são úteis sendo possível reconhecer, nos interstícios das normas vigentes de uma pretensa “ordem urbana”, práticas e temporalidades diferentes. É aqui que a presença dos tilheiros (estaleiros navais) e colônias de pescadores denotam a permanência das práticas ribeirinhas no espaço urbano de Parintins (BARTOLI, 2017).

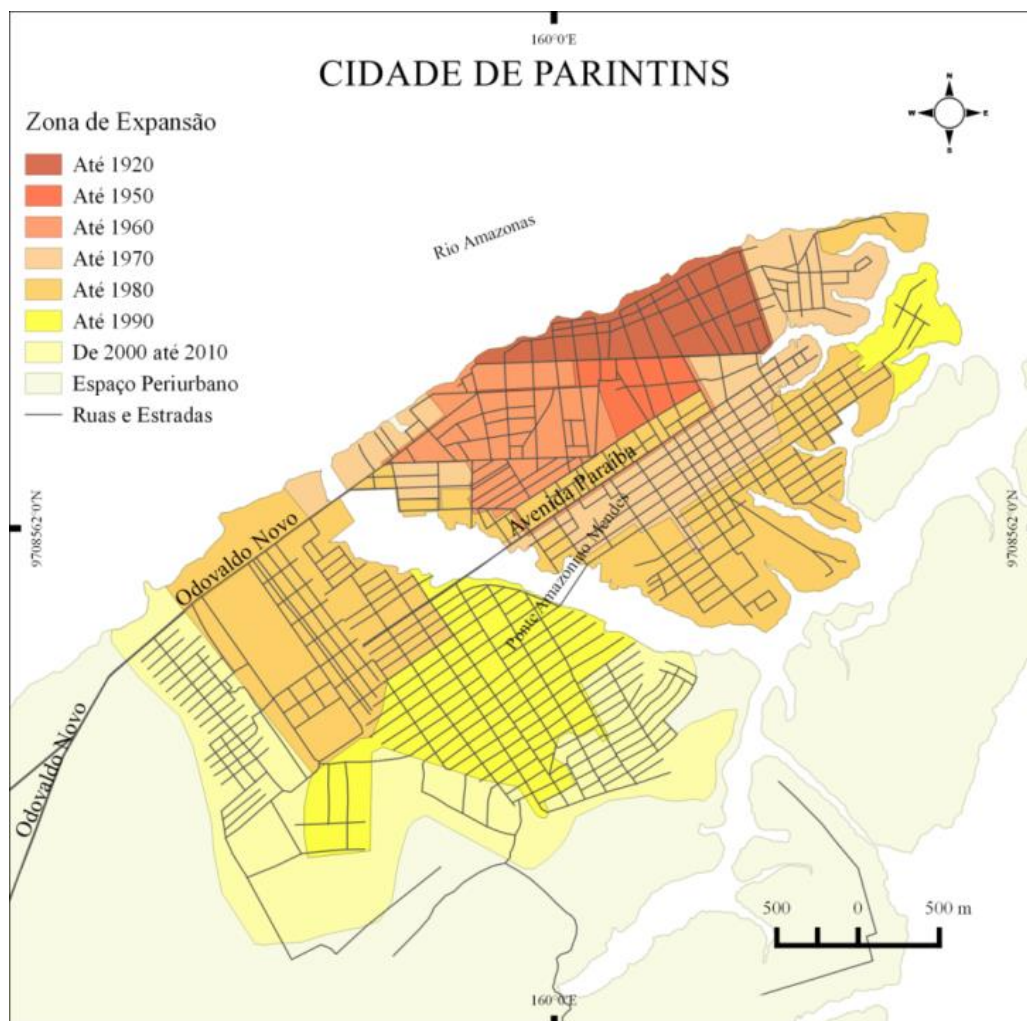
Daí a importância das áreas de acesso aos rios e lagos, cada vez mais raros, onde os pontos de atracagem de embarcações diversas são os locais de ligação com comunidades próximas. Redes locais de sujeitos ligados à economia popular constroem territorialidades usando as beiras de rios como nós multireticulares para obtenção de recursos nos entornos da cidade, visando complementar a economia urbana ainda insuficiente para manter tais populações recentemente migradas. Questionar a maneira com que vem se “desenhando” a cidade em seus espaços de expansão, é tarefa imprescindível da retomada de um novo projeto, mais aberto, democrático e criativo.

Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente. [...] As mudanças estruturais não podem criar todas as formas, e assim somos obrigados a usar as formas do passado. [...] Por isso, um certo grau de adaptação à paisagem preexistente deve prevalecer em cada período. Em outras palavras, constituindo-se a paisagem e suas formas num legado aos tempos futuros, “[...] as

transformações da sociedade são, em certa medida, limitadas e dirigidas pelas formas preexistentes. (SANTOS, 1993 - p. 54).

Aqui reside a importância da análise e caracterização em morfologia urbana, cujos elementos fundamentais para análise foram sistematizados por Whitacker e Miyazaki (2012), e que associados às pesquisas realizadas em Parintins nos levam a pautas para aprofundamento de pesquisas futuras:

O plano urbano e a evolução do plano: constata-se em Souza (2013); Carvalho (2013) e Bartoli (2012), o peso dos agentes produtores do espaço e os impactos sobre a qualidade do espaço público em Parintins (figura 6), como visto nos itens anteriores. Cabe agora avançarmos na inter-relação com os demais elementos, onde os aspectos culturais da realidade das populações urbano-ribeirinhas devem ser frisados, como ocorre nas práticas socioespaciais em relação à configuração das formas preexistentes.



Fontes: Adaptado pelo autor de Souza (2013), Carvalho (2013), Bartoli (2017).

As relações do plano com o sítio urbano: a sazonalidade do regime hídrico amazônico causa diversos impactos à vida rural e urbana. A maneira com que cidades assentadas em sítios constituídos por arquipélagos fluviais, várzeas baixas, terraços entre outras configurações geomorfológicas tipicamente amazônicas, nos remete à importância do sítio como temos demonstrado no mapeamento das áreas urbanas alagadas nas últimas grandes cheias de 2009 e 2012. Outro aspecto importante a salientar, como populações tradicionais passam a usar os espaços modificados nas cidades, mantendo em certos aspectos, traços culturais de modos de vida reconstruídos e adaptados ao meio urbano. A desvalorização de beiras de rios e demais corpos hídricos foi constante na contínua expansão do plano, onde a população vem perdendo acesso à esses importantes pontos de conexão com as diversas redes “urbano-ribeirinhas”. A figura 7 evidencia a apropriação desigual das beiras demonstradas na figura 7.

Figura 7 – três padrões de ocupações em beiras de rio



(A) casas de veraneio/sítios em área periurbana; (B) moradias elitizadas causando diminuição de áreas de atracagem; (C) adensamento de moradias populares palafíticas – Fotos do autor (13/05/2019)

A fisionomia urbana: Whitacker e Miyazaki (2012, p.323) defendem que fisionomia se trata de uma noção, e que poderia ser substituída pelo conceito de paisagem, em seu sentido geográfico. Interpretada como o domínio do visível e analisada em diferentes escalas, a paisagem é o que chega aos nossos sentidos, porém passível de deformações cognitivas e seletivas a cada ser humano. Composta de elementos naturais e artificiais, a paisagem é um conjunto de objetos com idades diferentes, sobrepostos em momentos, explicitando heranças de fases pretéritas (SANTOS, 2008). Arquitetônicos, referenciais, contínuos ou fragmentados, representativos do poder estatal ou privado, simbólicos ou banais, modernidades formais ou importação de formas exógenas, os elementos que compõem a paisagem e dão sentido à forma, são de suma importância para evidenciarmos a fragmentação urbana.

A relação entre o que é edificado e o que não é edificado: Assim, a paisagem da cidade nos indica estruturas que compõem sua morfologia, arranjos organizados de volumes e subparcelamentos que expressam formas de acesso e propriedade, situados em um determinado porte físico (LANDIM, 2004). Não olvidemos que esses indícios também são determinados por condições culturais e ambientais, onde no caso de Parintins as evidências ocorrem em contínuos conjuntos de habitações vernaculares (aglomerados de palafitas), típicos de populações ribeirinhas.

A densidade da ocupação e a identificação de áreas morfologicamente homogêneas e heterogêneas: os aspectos sítio/plano/paisagem aparecem como determinantes em cidades ribeirinhas, onde os limites de ocupação são cada vez mais salientados pela dispersão urbana que vem ocorrendo, em grandes áreas de ocupação irregulares com sérios problemas socioambientais. Revendo a figura 6, observa-se a generalização do plano ortogonal a partir da década de 1970.

A morfologia é a trama física (continente) e a substância social (conteúdo), ou seja, é através dela que se manifesta o conteúdo, pois reflete os estilos de vida, modelos e organização sócio-econômica que se cria através do tempo (MARTÍN, 1991, p. 73).

Nesse íterim, a advertência de Lefebvre (2004) sobre processos estarem “contra a rua” poderiam ser entendidos com o que ocorre “contra o rio”? Temos portanto apontamentos sobre a lógica dialética da forma com os conteúdos, onde a

ideia de projeto urbano pode ser repensada a partir do diagnóstico que os elementos basilares da morfologia urbana nos fornecem. A paisagem, nos indica que paulatinamente os lugares são sendo substituídos por objetos, relacionados ao predomínio da troca, alheios aos traços culturais anteriores onde:

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em "instituições de memória", ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado. (ABREU, 1998-p. 7).

Portanto, a análise da morfologia, a coerência morfológica interna das áreas analisadas possui forte relação com a realidade material e cultural das situações de uso do espaço, onde ocorrem rompimentos com o tecido urbano e cisões com mobilidades e acessibilidades como vimos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos inicialmente a maneira com que o espaço intra-urbano de Parintins veio se reestruturando através dos sucessivos ciclos, eventos e escalas, das sucessivas fases econômicas até rebatimentos e consequências das migrações na evolução do plano urbano e demais componentes. Trata-se de desafio para análise em morfologia urbana entender como as relações multiescalares alteram a forma da cidade. Nos subitens seguintes, a descrição de limites físicos do sítio urbano e a situação de crise regional como intensa migração pra a cidade, nos deram panorama sobre as principais forças que moldam a morfologia urbana de Parintins. Os principais agentes, associados ao capital mercantil predominante, passam a configurar, assim como as populações em ocupações irregulares, outras espacialidades, conformando configurações com acessos diferenciados às beiras de rio.

Constatamos tentativa de generalizações técnicas no que tange as aplicações de formas urbanísticas, na formação da malha e lotes, incorrendo numa forte perda de referência paisagística dos bairros analisados. Na abordagem morfológica fez-se mister perceber tendências no espaço urbano de Parintins, onde tem ocorrido urbanismo adaptado às demandas de restrito número de agentes produtores do espaço no ordenamento socioespacial vigente, constatando que ocorre alteração

das paisagens e de elementos marcantes referenciais nas práticas espaciais de redes de sujeitos locais, gerando tensões pela apropriação de frações do espaço urbano.

Verifica-se a extrema padronização e centralização de soluções urbanísticas em importações de formas exógenas (principalmente o traçado do plano urbano, lotes e quadras), com crise dos espaços públicos. As escolhas de determinados agentes, suas concepções técnicas e culturais, as mudanças *versus* permanências (arquitetura vernácula *versus* erudita no caso das moradias beira-rio), o traçado do plano relacionado à topografia e a estruturação dos espaços públicos de conexão são aspectos que mereceram atenção, pois impactam diretamente na qualidade de vida dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 14, 1998.

BARTOLI, Estevan. **A floresta como muro**: mercantilização da natureza, loteamentos fechados e apropriação da terra urbana na cidade de Manaus. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação, Manaus: 2009.

_____. Paisagem e morfologia urbana na cidade de Parintins: tecido urbano ou colcha de retalhos? IN: NUTAU, 5., 2011, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP, 2011

_____. Reflexões metodológicas sobre estudo de morfologia urbana: o caso de Parintins. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA URBANA DA AMAZÔNIA – EGUEAM, 1., 2012, Amazônia. **Anais...** Amazônia, 2012.

_____. Espaço periurbano de Parintins: expansão urbana e loteamentos recentes. IN: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB, 13., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013.

_____. **O Retorno ao Território a partir da cidade**: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM). 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2017.

_____. Rede urbana de Parintins e articulações a partir de Sistemas Territoriais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – SICASA. 5., 2018, Manaus. **Anais...** Manaus: Campus Universitário da UFAM, 2018.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BITTENCOURT, A.C. R. **Memória do município de Parintins**: estudos históricos sobre origem, desenvolvimento moral e material. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado e Cultura, Turismo e desporto, 1924.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana brasileira**. Campinas: UNICAMP, 2011.

CAPEL, H. **La Morfologia de las ciudades**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CARLOS, A. F. A. **Espaço – Tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A. F. A. Diferenciação socioespacial. **CIDADES**, v. 4, n. 6, p.45-60, 2007.

CARVALHO, R. A. **A expansão urbana de Parintins**: produção do espaço, agentes e processos socioespaciais. 2013. Monografia (Graduação em Geografia) Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA/CES/Parintins, 2013.

CORRÊA, R. L. A. periodização da rede urbana na Amazônia. In:_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 181-253.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana**: as cidades do interior paulista. São Paulo: UNESP, 2004.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo horizonte: UFMG, 2004.

_____. Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Tradução e edição Editora Moraes LTDA, 2006.

MARTÍN, Antonio Zárata. **El espacio interior de la ciudad**. Madrid: Editorial Síntesis, 1991

NASCIMENTO, E.G. **Loteamento recente em Parintins/AM (Pascoal Alágio)**: Uma breve consideração e diagnóstico de suas principais Características. 2011. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Amazonas – UEA/CES/Parintins- 2011.

NETO, M. C. A. **Mudanças no uso do solo na cidade de Parintins**: o caso da Lagoa da Francesa. 2011. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Amazonas em 2011, Parintins. PARINTINS. Prefeitura Municipal de. Sistema Municipal de Habitação de Parintins, 2009.

ROSAL, E. **Uma análise sobre o ciclo da juta no município de Parintins**. 2011. Monografia – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. **M. A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2004. SAUNIER, T. Parintins: memória dos acontecimentos históricos. Manaus: editora Valer, 2003.

SCHOR, T. ; MARINHO, T. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas: as cidades de Parintins e Itacoatiara. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 56, p. 229-258, jun. 2013.

SECHI, Bernardo. A cidade contemporânea e seu sujeito. IN: REIS, N.G.; et al. **Dispersão urbana; diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa**. São Paulo: FAU – USP, 2007.

SILVA, Cristiano J. **A expansão urbana na cidade de Parintins/AM**: um estudo sobre o conjunto residencial Vila Cristina. 2011. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Amazonas- UEA/CESP/Parintins-2011.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Pensando a política nacional de habitação para a diversidade das famílias e dos municípios brasileiros. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia. **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2005.

SOUZA, Nilciana Dinely. **O processo de urbanização de Parintins (AM)**: evolução e transformação. 2013. Tese (Doutora em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2013.

TRINDADE JR, S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos**, v. 7, n. 12, p. 227-225, 2010.

VALE, Ana. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. 214f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo. S. Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998. 373p.

WITACKER, A.; MIYAZAKI, V. O estudo das formas urbanas no âmbito da geografia urbana. Apontamentos metodológicos. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 2, p. 307 a 327 dez. 2012.